

William Waack Lava Jato e história

o ponto de vista jurídico, a Lava Jato foi enterrada como grande vilá da história. Do ponto de vista político, decretar seu desaparecimento é um exercicio fútil. É possível "criar" amnésia coletiva sobre algum acontecimento, algo que regimes totalitários conseguem durante algum tempo. Mas os processos sociais – os grandes "fatos" da realidade – se impõem.

É o caso da Lava Jato, que não pode ser entendida simplesmente como uma operação policial e jurídica. Ela é um fenômeno social e político com raízes profundas e enorme abrangência, ligada às expressões disruptivas de 2013 e 2018, das quais é causa e consequência.

A luta anticorrupção é a que melhor capturou o difuso sentimento de "temos de acabar com isto que está al". Como não há partidos políticos dignos de nomes que canalizem esse tipo de força social num sentido e direção, e tampouco existem elites dirigentes com algum plano abrangente para mudar o que está aí, essas "borbulhas de indignação" acabam perdendo força e deságuam na praia.

Mas trazem consequências que impedem uma volta ao "status quo ante". Uma das principais, e perigosa do ponto de vista da democracia brasileira, é a notável erosão da credibilidade do Judiciário (leiase STF) como instância capaz de fazer prevalecer as leis e punir os culpados (corruptos).

O fenômeno é social e político, mais abrangente do que seu aspecto jurídico

Pode-se debater se há elementos "factuais" e "objetivos" que justifiquem essa percepção, ou de quem seria a "culpa". Mas a deterioração da credibilidade da mais alta instância jurídica é um fato político do qual não se escapa. Portanto, há uma ameaça à "institucionalidade" à qual os integrantes do Supremo gostam de se referir.

Seria mesmo difícil pensar que instituições funcionem desvinculadas da realidade política. No caso do STF, a evolução (no sentido da linha do tempo) do sistema político brasileiro o tornou um ator político central, e sem volta. O "excepcional" se tornou o "novo normal".

Especificamente em relação à Lava Jato ficou pairando sobre o STF – depois de dez anos de monumentais turbulências – a noção, em vastas parcelas da população, que naquela instância desfrutam de "proteção" os que sabem defender seus privilégios (como setores do próprio Judiciário) e os poderosos da política e economia que cometeram malfeitos ou buscam decisões jurídicas em favor de seus interesses (não necessariamente ilícitos).

POLÍTICA

Nossos momentos disruptivos recentes têm sido cada vez mais perturbadores. Difícil imaginar como será o próximo. •

JORNALISTA E APRESENTADOR DO PROGRAMA WW. DA CNN

SEG. Cartos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) • TER. Eliane Cantanhêde e Cartos Andreazza • QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) • QUI. William Waack • SEX. Eliane Cantanhêde • SÁB. Cartos Andreazza • DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Congresso

Câmara veta programas sociais a invasores de terra

A Câmara concluiu ontem a votação do projeto de lei que impede invasores de propriedades rurais de receberem benefícios sociais do governo e se inscreverem em concursos públicos, entre outras punições.

Com a rejeição dos dois últi-

mos destaques (tentativas de mudança no texto principal), a proposta foi para análise do Senado. Na votação do texto-base, na noite de ontem, foram 336 votos a favor, 120 contra e uma abstenção. De autoria do deputado Marcos Pollon (PL-MS), o projeto foi relatado no plenário da Câmara pelo presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Pedro

Lupion (PP-PR). Segundo ele, a proposta faz parte da pauta anti-invasão da bancada ruralista. O projeto profibe que invasores de propriedades rurais inscrevam-se em concursos e fechem contratos na administração pública.

©IAMDER PORECILA

